



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 4 • nº 42 • 18 a 24/11/07 • ISSN1809-6182

Resenhas

28/11/2007 - 13º Encontro da ASEAN.....p.01

Ocorreu, no dia 20 de novembro de 2007, a décima terceira reunião anual da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Pela primeira vez em seus quarentas anos foi assinada a Carta, que conferirá uma identidade legal ao bloco, criando representação permanente a seus membros.

28/11/2007 - Protestos na França.....p.03

A reforma no regime previdenciário motivou greves na categoria de transportes da França, gerando muitos transtornos na vida dos franceses

O 13º encontro da ASEAN

Resenha
Integração Regional

Anna Cláudia de Santana Menezes
28 de novembro de 2007

Ocorreu, no dia 20 de novembro de 2007, a décima terceira reunião anual da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Pela primeira vez em seus quarentas anos foi assinada a Carta, que conferirá uma identidade legal ao bloco, criando representação permanente a seus membros.

NO dia 20 de novembro os membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, sigla em inglês) reuniram-se em Cingapura para o encontro anual. Nele foi assinada a Carta que visa a promoção de direitos humanos, democracia.

A Carta é um marco importante na história da associação pois a transforma em uma entidade legal guiada por regras e normas. Conseqüentemente, o bloco se tornará pessoa jurídica no direito internacional, podendo, assim, processar e ser processado; será responsabilizado pelos acordos e tratados que firmar; além de poder impor regras financeiras, comerciais e ambientais aos países-membros.

Segundo o Primeiro-Ministro de Cingapura e atual presidente da associação, Lee Hsien Loong, "para que a ASEAN se mantenha relevante e responda adequadamente às novas estratégias do ambiente internacional, é necessário que ela se transforme em um grupo mais efetivo. Nós precisamos de uma estrutura institucional coerente para organizar o escopo de nossas atividades."¹

A ASEAN foi instituída em 8 de agosto de 1967, em Bangkok, Tailândia, tendo como objetivo o fomento do crescimento econômico, o progresso social e o desenvolvimento cultural na região, bem como incentivar a paz e a estabilidade regional. Seus membros originais são cinco: Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia. Posteriormente, nas décadas de 80 e 90, Brunei, Vietnã, Laos, Mianmar e Camboja obtiveram sua entrada no bloco asiático.

Juntos, os membros da associação possuem uma população de aproximadamente de 500 milhões de habitantes, em uma área total de aproximadamente 4,5 milhões de quilômetros quadrados, com um Produto Interno Bruto (PIB) correspondente à cerca de US\$700 bilhões. Observa-se uma diferença socioeconômica entre os países que fazem parte da ASEAN. Alguns países, como Malásia e Tailândia, possuem uma economia bem desenvolvida e apresentam problemas sociais. Outros são governados por um regime autoritário e suas economias são pouco desenvolvidas, como é o caso de Mianmar.

No documento, os Estados comprometem-

activities."

¹ "The ASEAN, to stay relevant and respond to the new strategic environment, it must transform itself into a more effective grouping. We need a more coherent institutional framework to organize our growing scope of

se em promover e proteger os direitos humanos; todavia, somente estipulam que os ministros de relações exteriores serão os responsáveis por determinar em quais termos se definirá o estatuto dos direitos humanos, sem nenhum tempo limite para tal. Não há previsão de punição e sanção caso algum país que não aja de acordo com as regras estipuladas para a implementação desse estatuto.

Na reunião, Mianmar foi o centro de preocupações e tensões, recebendo fortes críticas de seus colegas de associação. É necessário que a carta assinada nesta data seja ratificada por todos no bloco, entretanto, alguns países se opõem a fazê-lo antes que Mianmar liberte a líder de oposição Aung San Suu Kyi², e inicie um processo de transição que leve à democracia.[Ver também: [Protestos em Mianmar](#)]

Membros originais da ASEAN – Cingapura, Malásia, Indonésia e Filipinas – vêem o país como um problema diplomático que precisa ser equacionado através da persuasão e pressão cuidadosa. Eles reiteraram o apoio à negociação feita pela Organização das Nações Unidas (ONU) no processo de redemocratização do país.

Até mesmo a Tailândia, que faz parte dos membros originais, e depende de Mianmar para fornecimento de gás natural para o abastecimento elétrico de seu país e para controlar o fluxo de narcóticos, refugiados e migrantes para dentro de seu território, também considera que Mianmar se tornou um obstáculo para o desenvolvimento do papel da ASEAN na sociedade internacional.

Os componentes do bloco concordam que sanções como as impostas pelos Estados

Unidos e Europa acabarão por isolar o Estado. Além disso, tais sanções poderiam diminuir a influência que a ASEAN exerce sob o país. Este participa de poucas Organizações Internacionais, sendo a ASEAN a única Organização que possui algum prestígio junto ao Estado.

Além das questões abordadas na Carta, os líderes se voltaram para a questão da mudança climática e do aquecimento global ao firmarem uma declaração sobre a sustentabilidade ambiental. Os membros também assinaram um acordo econômico no qual foi planejada uma estratégia que define prazos específicos para liberalizar a economia e ajustar o fluxo de bens, capital e serviços nos próximos oito anos.

Na declaração final do atual presidente do bloco, foram reiterados os comprometimentos e sugestões no intuito de aprofundar a integração econômica, resolver questões ambientais, e promover a democracia e os direitos humanos.

Referência

Sites:

ASEAN

<http://www.aseansec.org>

BBC

<http://www.bbc.news.com>

New Zealand Herald

<http://www.nzherald.co.nz>

² Aung San Suu Kyi é uma ativista pró-democracia e líder da Liga Nacional da Democracia em Mianmar. Em 1991 foi agraciada pelo Prêmio Nobel da Paz pelo seu luta não-violenta pela paz.

Protestos na França

Resenha
Segurança

Marina Robspierre
28 de novembro de 2007

A reforma no regime previdenciário motivou greves na categoria de transportes da França, gerando muitos transtornos na vida dos franceses.

No dia 13 de novembro, operadores de trem e funcionários públicos em geral, se uniram para contestar mudanças sociais estabelecidas pelo governo de Sarkozy. Segundo os sindicatos desses trabalhadores, mais de 700 mil pessoas estavam presentes nas passeatas que ocorreram pelas ruas da França, mas a polícia local havia estimado a presença de 350 mil protestantes.

Os funcionários do sistema público de transportes e de estatais de gás e eletricidade protestam contra uma possível reforma nas aposentadorias especiais, proposta por Nicolas Sarkozy, presidente da França. Muitos danos foram causados ao sistema ferroviário e cidadãos franceses foram bastante prejudicados.

A reforma consiste no aumento do período de contribuição do funcionalismo público, mudando o tempo de atuação de 37,5 anos, para 40 anos, como acontece no setor privado.

Além da presença de ferroviários, os protestos também partiram de funcionários públicos ligados, em sua maioria, à educação. Eles vão contra a supressão de 22.900 postos de trabalho em 2008, sendo maior parte deles escolas e universidades, assim como melhoras nas condições salariais. Segundo o governo, por volta de 40%, dos 900 mil professores, entraram em greve obrigando o fechamento de muitas escolas e universidades.

Jovens, com outros objetivos, também paralisaram suas atividades para reivindicar reformas estudantis. A contestação é acerca da proposta que visa a autonomia administrativa e financeira de faculdades, permitindo que essas possam realizar parcerias com empresas. Essa iniciativa tende, de acordo com os estudantes, a “privatizar” o ensino superior.

A greve foi deflagrada por tempo indeterminado e já no sétimo dia foi estimado um custo para a França de aproximadamente 300 milhões de euros por dia.

Sarkozy é um presidente reformista de centro-direita que durante as eleições de abril deste ano, teve apoio claro de Jacques Chirac, ex-presidente do país. [Ver também: 25-04-2007: [As eleições presidenciais francesas.](#)]

Nicolas Sarkozy foi Ministro das Finanças e do Interior, mas isso não significa que os políticos tenham sido aliados, pois os dois divergem em questões ideológicas. Dentro de suas propostas de campanha, o atual presidente prometeu baixar as taxas de desemprego, diminuir a dívida pública, conter a imigração e manter a aliança com os Estados Unidos.

No oitavo dia de greve, dia 21 de novembro, houve sabotagem nas linhas de trem de alta velocidade (TGV- *Train Grand Vitesse*), que tem como destino todas as regiões da França. A diretoria da empresa estatal ferroviária, SNFC (*Société Nationale*

des *Chemins de Fer*), diz estar “escandalizada” com tais atos violentos. E segundo informações fornecidas pela mesma empresa estatal, os atos foram cometidos de maneira simultânea em diferentes trechos da ferrovia, sendo considerado uma “sabotagem coordenada”. Um dos atos “covardes”, segundo o secretário-geral do sindicato dos ferroviários, Didier Lê Reste, foi um incêndio aos cabos da rede de sinalização dos trens que gerou danos em uma extensão de 30 km.

Os trens TGVs, que chegam a velocidade 320km/h, sofreram interrupções e foram impedidos de circular durante três horas. Esses são responsáveis pela maior parte do trânsito entre as grandes cidades na França e o impedimento de circulação gerou muito transtorno no tráfego de automóveis parisiense e quilômetros de congestionamento nas estradas que ligam as periferias francesas à capital. Sindicatos dos trabalhadores envolvidos na greve foram acusados de ter tido ligação direta com os incêndios, mas eles negam qualquer tipo de envolvimento nesses atos.

No dia em que ocorreram os incêndios nos TGVs, era esperado que a greve cessasse pois o governo tinha dado abertura a negociações entre sindicatos, companhias e representantes do parlamento. Mas ao contrário do que estava previsto, houve sabotagem nas linhas de trem que prejudicaram ainda mais o tráfego. O Ministro do Orçamento e da Função Pública, Eric Woerth, disse que as “sabotagens são atos de radicalização, que mostram que a questão se tornou ideológica”.

Mesmo com tanta pressão, Sarkozy se disse inflexível para discussões sobre o tema das aposentadorias e frisou, durante a intervenção no primeiro dia de manifestações, que não cederia a vontade dos protestantes. No entanto, se dispôs a discutir questões que envolvessem outras áreas.

Tanto alvoroço não parece ter mudado muito a popularidade do presidente no país, que permanece com um alto índice de apoio. Segundo pesquisa publicada pelo jornal *Le Figaro*, quase 70% da população quer que o presidente mantenha firme a idéia da reforma que prevê fim de privilégios para alguns setores do funcionalismo público, e menos de 30% desses opinam por maior abertura e flexibilidade de Sarkozy. Um dos motivos que explica a sustentação dada pela maioria às reformas propostas é a preocupação de aumento dos alimentos, gasolina e aluguéis que podem ocorrer caso o presidente ceda aos protestos.

A legitimidade dada aos protestantes na França já acontece há algum tempo. Mudanças declaradas pelo governo são rejeitadas e greves são feitas para que a proposta governamental seja arquivada. Um exemplo desse “poder das ruas” foi o descontentamento de jovens descendentes de muçulmanos, que, em outubro de 2006, se rebelaram nas ruas de Paris reivindicando trabalho para a classe de imigrantes, que segundo eles é uma minoria reprimida. A tradição de legislar a partir das ruas faz com que os parlamentares tenham menos força que os manifestantes nas mudanças constitucionais e que o parlamento seja enfraquecido, já que não tem muito poder político.

Alguns fatores vão a favor do presidente e os ajuda a conter manifestantes. Um fator relevante é que a maioria dos eleitores considera que a reforma deve ser feita, pois a aposentadoria dada à categoria de transportes é um privilégio que deveria ser retirado.

Apesar de enfraquecida, a greve ainda se estendeu até o dia 22 de novembro, mesmo contra a vontade dos dirigentes ferroviários. A adesão inicial foi de 61%, mas já no sétimo dia de paralisação o número havia caído para 27%.

Depois de nove dias de greve, a paralisação cessou quase que

completamente. Após mais de 40 assembleias gerais entre sindicatos de todo país, a maioria optou pelo retorno ao trabalho. Alguns funcionários voltaram ao trabalho apesar de as conversas entre representantes do governo e dos sindicatos rodoviários não terem resolvido a questão como um todo. Os dois setores, através de negociações, chegaram a um acordo para a montagem de um quadro de discussão e questões que serão abordadas nas próximas reuniões.

A mobilização estudantil, que contesta a liberdade para atrair recursos privados, permanece. Protestos estão sendo planejados, incluindo uma marcha saindo da Universidade de Sorbonne, em Paris. Dentre as 85 universidades parisienses, 20 foram paralisadas parcial ou totalmente, dando mais força ao movimento.

Mesmo com a permanência de manifestações estudantis, os protestos perderam força em função da inflexibilidade e da pequena abertura dada por Sarkozy às questões que não as impostas pela reforma. Nicolas Sarkozy muda, mesmo depois de tantos dias de greve, uma seqüência de fatos que se repetiu várias vezes na França. Agora o poder e a legitimidade dos protestos nas ruas não parecem ter tanto efeito no parlamento e o presidente ainda promete aumentar o poder da Assembléia em mudanças futuras na Constituição.

Reformas como essa proposta por Nicolas Sarkozy estão sendo necessárias na França. Mesmo que os afetados pelas mudanças se rebelem, não há outro caminho. Dois fatores motivam reformulações na constituição. Primeiro motivo é a necessidade de adequação das leis trabalhistas e de previdência da França às estabelecidas em toda a União Européia. Segundo ponto é que o orçamento do país fica cada vez mais

prejudicado, pois a população francesa está envelhecendo muito e o gasto com aposentarias está sendo absurdo. É preciso, então, que a constituição seja realmente alterada, para que o país não acabe prejudicado.

Referência

Sites:

BBC Brasil
<http://www.bbc.co.uk>
Estadão
<http://www.estadao.com.br>
Folha de São Paulo
<http://www.folha.uol.com.br>
Guardian Unlimited
<http://www.guardian.co.uk>
Reuters
<http://br.reuters.com>
The New York Times
<http://www.nytimes.com>

Ver também:

25-04-2007: [As eleições presidenciais francesas.](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof^a. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Prof^a. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof^a. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Carolina Maia; Anna Claudia Menezes; André Klausling; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro, Luciana Mendes; Marina Robespierre.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas – Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>